

Francisco de P. Leite Pinto (1902-2000)

Os pressupostos da 'política científica nacional' em Portugal

Tiago Brandão (IHC, FCSH-UNL)

Resumo

Um homem com uma perspetiva muito própria, diferente inclusive da visão tradicional das elites do regime do Estado Novo (1933-1974) face aos assuntos da Ciência e da Técnica. Há por isso uma certa originalidade no seu pensamento. É não obstante um homem do regime. De um regime autoritário e conservador. Uma figura que esteve envolvida com o regime desde cedo, desde os anos de chumbo, da era dos fascismos europeus (anos 1930). Esteve na Mocidade Portuguesa – uma organização juvenil inspirada nas congéneres fascistas italiana e hitleriana –, esteve na União Nacional, o partido único do regime de Salazar. Neste âmbito, porém, de conhecer os atores históricos da política científica portuguesa, interessa olhá-lo como um homem que pelo seu pensamento e ação deve ser visto como uma figura central na promoção de uma política científica em Portugal.

Possuía vários diplomas universitários, nomeadamente a licenciatura em Matemática, o curso de engenheiro-geógrafo (Faculdade de Ciências de Lisboa) e o curso da Escola Normal Superior de Lisboa. Enquanto bolseiro da Junta de Educação Nacional (JEN), no início dos anos trinta (1929-1934), em Paris, tirou ainda um diploma superior de Astronomia (Faculdade de Ciências de Paris) e formou-se como *Ingénieur des Ponts e Chaussées* pela célebre Escola de Paris.

Foi bolseiro da JEN e durante esse período de bolseiro foi o primeiro leitor de português da Sorbonne, entre 1931 e 1933. Em 1934 foi convidado para secretário-geral de Junta que lhe dera a bolsa de estudo em Paris, substituindo o entretanto falecido Luís R. Simões Raposo. Em 1936 assumiu a mesma função no Instituto para a Alta Cultura (IAC). Ficará associado à Direção do IAC, para além das suas funções como secretário-geral. Assumirá lugar de catedrático na Universidade Técnica (Ciências Económicas e Financeiras), no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1940), na Escola do Exército (1948) e, também, no Instituto Superior Técnico (1949).

Estabelecendo relações com diversas instituições científicas – designadamente enquanto secretário do Instituto de Alta Cultura –, e tendo estado presente na Assembleia Nacional (II Legislatura, 1938-1942) e na Câmara Corporativa (VI, VIII, IX e X Legislaturas), adquiriu influência nos circuitos da administração pública do Estado Novo. Foi o primeiro presidente da Comissão de Estudos de Energia Nuclear do IAC (1954), de que já fora impulsor antes da oficialização e legalização dessa comissão. Com efeito, nesse segundo pós-guerra envolveu-se com as questões do nuclear, promovendo a criação da Comissão de Estudos de Energia Nuclear e da Junta de Energia Nuclear

(1954). A partir daqui, terá adquirido a confiança de Salazar enquanto conselheiro científico do regime, sendo então escolhido para Ministro da Educação Nacional (1955-1961), sendo considerado pela historiografia do Estado Novo como um ministro que exerceu ação reformista.

Depois do período como ministro de Salazar, em 1962, ocupou o cargo de presidente da Junta de Energia Nuclear, de que fora o promotor e fora já entretanto seu vice-presidente. Entre outros, exerceu também mandatos de governador na Agência Internacional de Energia Atômica, foi Reitor da Universidade Técnica (1963-1966) e ainda administrador com o pelouro da Ciência na Fundação Calouste Gulbenkian (1967-1969). Mas, enquanto ator da política científica em Portugal, é sobretudo de realçar que, no final dos anos 1960, foi devido à sua ação que acabou por ser criada, no seio da Presidência do Conselho, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), em Julho de 1967 – instalado pelo próprio Leite Pinto a partir do ano seguinte.

Foi o primeiro organismo que explicita e declaradamente se propôs coordenar toda a investigação científica nacional, no sentido de articular diferentes atores no processo da política científica, e que, de facto, por via dessa missão ambiciosa, logrará sobreviver aos períodos de instabilidade que se viveram após o 25 de Abril, e acabar por se afirmar, já durante os anos democráticos e sobretudo a partir da integração europeia, como a principal agência de política científica em Portugal, antecessora da atual Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Foi assim o primeiro presidente desta Junta coordenadora, abandonando a presidência da Junta de Energia Nuclear e depois a Fundação Gulbenkian. Exerceu aí uma ação relevante, deixando-nos um pensamento atuante, interessante e da maior relevância para pensarmos os caminhos históricos da política científica, suas racionalidades de formulação e implementação e respetivas estratégias de atuação. Depois do 25 de Abril de 1974 retirou-se para França e para o Brasil, deixando de intervir nos assuntos públicos em Portugal e só esporadicamente interagindo com as novas lideranças do 'sistema científico' português.

Textos de Apoio

- PINTO, Francisco de Paula Leite, *Investigação Científica e Tecnológica*, Secretariado Nacional de Informação, Discursos proferidos no ato de posse do Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Prof. Eng.º Francisco de Paula Leite Pinto, no Palácio de S. Bento, em 22 de Julho de 1967, Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, 1967.
- PINTO, Francisco de Paula Leite, *O Papel da Universidade na Formação dos Dirigentes. Palestra proferida no I Colóquio para Dirigentes Superiores da Administração Pública - 13 a 17 de Maio de 1968*, Sep.^a *Análise Social*, Editorial Império, Lisboa, 1968.
- PINTO, Francisco de Paula Leite, *Essa Palavra "Universidade"!*, Sep.^a *Análise Social*, n.º 20-21, Lisboa, 1968.